

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de licença de uso de software de gestão e fiscalização de contratos — CJR ENGPRO Gestão de Contratos (modo Órgão Público)

Modelo elaborado conforme o art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, para adaptação pelo órgão contratante. Campos entre colchetes devem ser preenchidos pelo órgão.

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software, na modalidade SaaS (software como serviço) e/ou instalação local, para gestão, medição e fiscalização de contratos administrativos de obras, serviços e locações — CJR ENGPRO Gestão de Contratos, modo Órgão Público —, incluindo implantação, importação dos contratos vigentes, treinamento, suporte técnico e atualizações, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a [PREFEITURA MUNICIPAL DE ____/UF e suas secretarias].

Item	Descrição	Unid.	Qtde
1	Licença de uso — CJR ENGPRO Gestão de Contratos (Órgão Público), até [5] usuários, com implantação, treinamento, suporte e atualizações	mês	12

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021 impõe à Administração o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos contratos por gestor e fiscais formalmente designados (art. 117), a manutenção de registros das ocorrências, medições e pagamentos em ordem cronológica (art. 141) e a transparência dos atos (art. 94 e Lei nº 12.527/2011). O volume de contratos vigentes no Município — [____ contratos ativos em ____ secretarias] — e a execução desses controles em planilhas e documentos avulsos geram retrabalho, risco de perda de prazos (vigência, garantias, aditivos) e dificuldade de resposta aos órgãos de controle.

A solução informatizada permite centralizar contratos, planilhas, cronogramas, medições, aditivos, empenhos, notas, pagamentos, fiscalização e documentos, com trilha de auditoria, assinatura eletrônica e relatórios padronizados, reduzindo o tempo de instrução dos processos de medição e pagamento e fortalecendo a governança (arts. 11 e 169 da Lei nº 14.133/2021).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução compreende: (a) licença de uso do sistema para o número de usuários contratado; (b) implantação e parametrização (timbrados, secretarias, fiscais, modelos de documentos); (c) importação dos contratos e aditivos vigentes a partir do portal da transparência ou de planilhas; (d) treinamento dos gestores e fiscais; (e) suporte técnico e atualizações durante a vigência; (f) opção de operação offline (estação do órgão) ou em nuvem (servidor da contratada), com os dados pertencentes ao órgão e exportáveis a qualquer tempo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos funcionais mínimos:

- Cadastro de contratos com órgão/secretaria, contratada, modalidade, processo, licitação, fonte, dotação, vigência, ordem de serviço, garantia, índice de reajuste e papéis (gestor, fiscais, RT);

- Planilha orçamentária (importação de Excel), versões por aditivo/replanilhamento e cronograma físico-financeiro com previsto × executado;
- Medições com boletim, memória de cálculo, acumulado, saldo, glosas e retenções (ISS, INSS, caução), com fluxo de envio pela contratada e aprovação pelo fiscal;
- Aditivos e apostilamentos (prazo, valor, reequilíbrio, reajuste) com conferência automática dos limites legais de acréscimo/supressão;
- Empenhos, notas fiscais e liquidação, pagamentos em ordem cronológica (art. 141) e retenções;
- Fiscalização: visitas e checklists, não conformidades, notificações e sanções, recebimentos provisório e definitivo;
- Documentos: ofícios, pareceres, ordens, termos e atestados em modelos com timbrado; relatório fotográfico e diário de obra;
- Assinatura eletrônica avançada (Lei nº 14.063/2020) com cadastro do signatário e verificação pública; compatibilidade com certificado ICP-Brasil quando exigido;
- Relatórios e "pacote do mês" (boletim, memória, fotográfico, diário e planilha de todos os contratos do período) em PDF/Word/Excel;
- Importação de contratos e aditivos do portal da transparência (JSON/Excel) sem duplicidade; exportação integral dos dados do órgão;
- Painel com prazos e alertas (vigência, garantias, medições pendentes), busca e filtros por secretaria, contratada, CNPJ e situação;
- Controle de usuários por perfil e permissões, registro de atividades (auditoria) e conformidade com a LGPD.

4.2 Requisitos não funcionais: operação em navegador (Chrome/Edge) sem instalação de servidor pelo órgão; funcionamento offline com dados criptografados (AES-256) e/ou em nuvem com backup diário; disponibilidade mínima de 99% ao mês na opção em nuvem; suporte em horário comercial por e-mail/WhatsApp com resposta em até 1 dia útil; manual do usuário e treinamento inicial de até 4 horas.

4.3 Vistoria e amostra: o órgão poderá exigir demonstração prévia (prova de conceito) das funcionalidades do

item 4.1 antes da contratação. 4.4 Não há exigência de garantia contratual, dada a natureza e o valor do objeto; o órgão poderá exigí-la na forma do art. 96.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- Implantação em até 10 dias úteis após a ordem de serviço: parametrização, importação dos contratos vigentes, criação dos usuários e treinamento (presencial ou remoto);
- Licença mensal ativa durante toda a vigência, com atualizações incluídas;
- Suporte técnico por e-mail, WhatsApp e acesso remoto; registro de chamados;
- Ao término, exportação completa dos dados em formato aberto (JSON/Excel/PDF) sem custo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização serão exercidas por servidores designados (art. 117), que atestarão mensalmente a disponibilidade do sistema e a prestação do suporte, com base no relatório mensal de uso emitido pelo próprio sistema (usuários ativos, contratos e medições processadas) e no registro de chamados. Ocorrências serão registradas em livro/histórico próprio.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será mensal, em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal acompanhada do relatório de disponibilidade/uso e do ateste do fiscal, observada a ordem cronológica (art. 141). Indisponibilidade superior ao limite do item 4.2 enseja glosa proporcional. Reajuste anual pelo IPCA, após 12 meses (art. 92, § 3º).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Estimado o valor anual em R\$ 12.219,60 (5 usuários), inferior ao limite do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (R\$ 65.492,11 em 2026, Decreto nº 12.807/2025), a contratação poderá ser realizada por DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, precedida de aviso de contratação direta por, no mínimo, 3 dias úteis (art. 75, § 3º) e de pesquisa de preços (art. 23). Alternativamente, caso o somatório de despesas do mesmo objeto no exercício ultrapasse o limite, adotar-se-á PREGÃO ELETRÔNICO, critério de julgamento MENOR PREÇO (art. 6º, XLI e art. 33, I). Quando o órgão demonstrar que a solução é a única que atende às especificações (art. 74, I, c/c § 1º), caberá inexigibilidade, mediante justificativa de preço.

Critério de aceitabilidade: menor valor global para 12 meses, respeitado o atendimento integral do item 4.1, comprovado por demonstração.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Usuários	Valor mensal	Valor 12 meses
1	R\$ 599,00	R\$ 7.188,00
3	R\$ 838,60	R\$ 10.063,20
5	R\$ 1.018,30	R\$ 12.219,60
10	R\$ 1.317,80	R\$ 15.813,60
15	R\$ 1.557,40	R\$ 18.688,80

Valores de referência da tabela pública da contratada (cjrengpro.com.br/#planos), outubro de 2026, incluindo implantação, treinamento, suporte e atualizações. Plano anual à vista: equivalente a 10 mensalidades.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da dotação [órgão/unidade — programa — elemento 3.3.90.40 (serviços de tecnologia da informação e comunicação) — fonte ____], do exercício de [20__], conforme declaração do ordenador de despesas.

11. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12 (doze) meses contados da assinatura, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 10 anos (art. 107), por se tratar de serviço continuado, mediante avaliação de vantajosidade.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Contratada: manter o sistema disponível e atualizado; prestar suporte; guardar sigilo e cumprir a LGPD (Lei nº 13.709/2018) como operadora; entregar os dados ao final. Contratante: designar gestor/fiscais; fornecer os dados dos contratos e os acessos; efetuar os pagamentos; manter os usuários atualizados.

13. SANÇÕES

Aplicam-se as sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021: advertência; multa de 0,5% por dia de indisponibilidade injustificada, limitada a 10% do valor mensal; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade.

14. ANEXOS

- Anexo I — Modelo de proposta de preços (documento separado);
- Anexo II — Lista de verificação das funcionalidades (item 4.1) para a demonstração;
- Anexo III — Manual do usuário do sistema (cjrengpro.com.br › Gestão de Contratos › Downloads).

[Município], [data]. _____ Responsável pela elaboração: [nome/cargo]